

EFEITOS DA RESSALVA SOBRE O GRAU DE CONSERVADORISMO CONTÁBIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE MUDANÇAS NO GRAU DE CONSERVADORISMO NO PERÍODO PÓS-RESSALVA

Laiz Teixeira Pontes
FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS
EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS

RESUMO

O presente trabalho investigou como o grau de conservadorismo contábil utilizado pelas maiores empresas listadas na Bovespa é impactado por uma ressalva no parecer dos auditores independentes. Para testar se o grau de conservadorismo foi maior durante o período que sucede a divulgação de um parecer ressalvado, utilizou-se para os testes uma variação do modelo de Basu, proposta por Lobo e Zhou (2006). Foram coletados dados das empresas referentes ao período de 2000 a 2007, por meio do banco de dados do *software* ECONOMÁTICA e de levantamento dos pareceres dos auditores independentes divulgados pelas empresas de auditoria. Os resultados indicam que as empresas da amostra incorporam perdas mais rapidamente do que ganhos, ao divulgarem os lucros no período pós-ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil. Esta pesquisa contribui para um maior entendimento sobre a influência do auditor independente e das informações geradas por ele (opinião independente das demonstrações contábeis) sobre as demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas no Brasil, onde pesquisas empíricas sobre auditoria ainda são escassas.

Palavras – chave: Conservadorismo Contábil, Ressalva, Auditoria.

INTRODUÇÃO

Após os escândalos contábeis envolvendo a Enron e Worldcom, a confiança dos investidores nas informações financeiras divulgadas pelas empresas se mostrou abalada. Esses escândalos serviram como catalisadores para uma maior regulação da contabilidade, reforçando a importância de ferramentas de governança corporativa nas empresas de capital aberto.

Neste contexto, a auditoria das demonstrações contábeis e o princípio do conservadorismo têm se mostrado eficazes na redução da assimetria informacional entre investidores e gestores, aumentando transparência e a confiabilidade das demonstrações contábeis (BASU, 1997; LOPES e MARTINS, 2005).

Utilizou-se neste trabalho uma abordagem semelhante à de Lobo e Zhou (2005), que investigaram em seu trabalho se as firmas passaram a ter demonstrações financeiras mais conservadoras após a Lei Sarbanes-Oxley, seguindo a idéia proposta por Watts (2003a) de que quanto maior a regulação do governo sobre as demonstrações contábeis, maior o grau de conservadorismo. Analogamente, propõe-se neste estudo testar se firmas passam a publicar demonstrações contábeis mais conservadoras após receber uma ressalva no parecer dos auditores independentes.

1.1 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

O conservadorismo contábil tem sido freqüentemente definido como o reconhecimento assimétrico das más notícias (perdas) mais rapidamente do que das boas notícias (ganhos) (BASU, 1997; WATTS, 2003a).

Conforme citado por Watts (2003), o conservadorismo em sua forma extrema é representado pela máxima: “antecipar nenhum lucro, mas antecipar todas as perdas” (BLISS, 1924 apud WATTS, 2003a). Para Basu (1997) e Watts (2003a), devemos interpretar essa definição tradicional de conservadorismo como um princípio que leva os contadores a requerer maior grau de verificação no reconhecimento de ganhos do que no reconhecimento de perdas.

Segundo Lopes e Martins (2005, p.73) “o conservadorismo está presente nas estruturas contábeis do FASB, do IASB, do ASB, dentro do modelo brasileiro e em todas as orientações contábeis de que se tem notícia”, podendo ser considerado uma das características mais importantes da prática contábil.

De acordo com a NBC T-1, a convenção do conservadorismo orienta que:

Entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os Princípios Fundamentais, a Contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações.

Nas normas brasileiras, a prática e o conceito do conservadorismo ainda estão presentes na NBC T-1, que determina que pelo princípio da “Prudência”, o responsável pelas demonstrações contábeis “escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade”.

Para Ball, Kothari e Robin (2000) o conservadorismo aumenta a transparência das demonstrações contábeis, sendo uma importante ferramenta de governança corporativa. Lopes e Martins (2005) reforçam essa idéia, afirmando que “a idéia geral do conservadorismo é de fornecer informações mais confiáveis aos investidores por intermédio de demonstrações contábeis que não sejam excessivamente otimistas.”.

Watts (2003a) defende quatro razões para a influência do conservadorismo na contabilidade: contratos, litígios, impostos e custos políticos.

A explicação da tributação para o conservadorismo se baseia na relação entre lucro tributável e lucro divulgado, sendo que as empresas teriam incentivos em postergar o reconhecimento de receitas para diminuir o valor presente dos impostos (WATTS, 2003a). No Brasil em especial, onde a tributação da renda de pessoas jurídicas é baseada primordialmente nos dados contábeis, há incentivos de prática de conservadorismo na apuração dos resultados através da antecipação do reconhecimento de perdas, uma vez que isso reduz o valor presente dos impostos a pagar ao longo do tempo (COELHO, 2007).

A explicação contratual da contabilidade é tida como a fonte primária da prática do conservadorismo (WATTS, 2003a). Nesta visão, o conservadorismo funciona como cláusulas restritivas no contrato entre gestores e investidores (LOPES E MARTINS, 2005), contendo comportamentos oportunistas por parte da administração ao reportar números contábeis utilizados neste mesmo contrato (WATTS, 2003a).

Para Basu (1997), tanto os custos contratuais como os órgãos regulatórios explicam a grande importância do conservadorismo nos *Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)*.

A decisão entre divulgar demonstrações contábeis com maior ou menor grau de conservadorismo não depende, contudo apenas da vontade intrínseca dos gestores. De acordo

com Lopes e Martins (2005), a prática do conservadorismo deve ser analisada dentro do contexto dos contratos que estão sendo realizados (regime legal e estrutura de governança).

Ball, Kothari e Robin (2000) demonstram empiricamente a influência da estrutura de governança ao comparar o grau de conservadorismo em países com estrutura de governança *code-law* (*stakeholder governance model*) com o conservadorismo em países com estrutura de governança *common-law* (*shareholder governance model*). Em seu trabalho, os autores concluem que países tipicamente *common-law* (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia) tendem a apresentar contabilidade mais conservadora do que países com tradição *code-law* (França, Alemanha e Japão).

Partindo do conceito do conservadorismo como reconhecimento assimétrico entre “boas notícias” (lucros) e “más notícias” (perdas), Basu (1997) prevê que havendo conservadorismo, os retornos das ações e os lucros irão refletir as perdas no mesmo período, mas os retornos das ações refletirão os ganhos antes de sua incorporação aos lucros contábeis.

Basu (1997) argumenta ainda que o grau de conservadorismo aumentou com o aumento das exigências de auditoria. Em seu estudo, há evidência de correlação entre mudanças na exigência legal de exposição à auditoria e mudanças no conservadorismo.

1.2 AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A auditoria das demonstrações contábeis, assim como o conservadorismo reduz os custos contratuais em situações em que há conflito de agência, aumentando a confiabilidade das demonstrações contábeis, reduzindo assim a assimetria informacional existente (BASU,1997).

O IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – destaca a importância da auditoria independente para uma boa governança corporativa ao estabelecer em seu Código das Melhores Práticas que:

Toda sociedade deve ter auditoria independente, pois se trata de um agente de governança corporativa de grande importância para todas as partes interessadas, uma vez que sua atribuição básica é verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade.

Ainda segundo o IBGC, a Auditoria Independente está entre as ferramentas principais que asseguram aos acionistas o controle de sua propriedade sobre a gestão estratégica de sua empresa. Em outras palavras, a auditoria, como ferramenta da boa governança, tem papel de garantir os direitos dos acionistas diante dos possíveis abusos dos gestores e também proteger os acionistas minoritários frente aos interesses individuais dos majoritários.

Boynton et.al. (2002) destaca os benefícios econômicos para a empresa que contrata uma auditoria independente, a citar:

- Acesso ao mercado de capitais
- Menor custo de capital
- Desincentivo a ineficiência e a fraudes
- Melhores controles e operações mais eficientes

Para Becker, Defond, Jiambalvo e Subramanyam (1998), a auditoria reduz a assimetria informacional existente entre gestores e *stakeholders* ao permitir que as partes interessadas possam verificar a validade das demonstrações financeiras divulgadas. Os autores ressaltam ainda que a efetividade da auditoria está diretamente relacionada com sua capacidade de conter o gerenciamento de resultados por parte dos gestores.

Kim, Chung e Firth (2003) argumentam que devido às características tipicamente conservadoras do auditor, o mesmo é eficaz na contenção do *earnings management* apenas em casos em que os gestores têm interesse em superavaliar os lucros. Caso os gestores tenham incentivos para subavaliar resultados, o conservadorismo do auditor irá levar a uma convergência de incentivos entre gestores e auditores para a publicação de lucros reduzidos.

Estas características conservadoras do auditor são tratadas como uma preferência dos auditores por escolhas contábeis que reduzem a receita. Esse conservadorismo do auditor pode ser explicado pelo risco de problemas judiciais inerente à profissão (*litigation risk*) (DEFOND e SUBRAMANYAM, 1998), já que historicamente os processos movidos contra auditores e firmas de auditoria são devido à alegações de lucros superavaliados, e não o contrário (ST. PIERRE AND ANDERSON, 1984 apud Chung, Firth e Kim, 2003).

Em uma análise do conservadorismo do auditor e os resultados divulgados Chung, Firth e Kim (2003) afirmam que é o grau de conservadorismo do auditor que leva ao grau de conservadorismo percebido nas demonstrações contábeis da empresa auditada.

Essa idéia é suportada pelos estudos de Basu, Hwang e Jan (1999), que mostram evidências empíricas de que o conservadorismo contábil é maior para as demonstrações referentes ao quarto trimestre. Os autores atribuem esse resultado à influência da auditoria anual das demonstrações financeiras (que ocorre junto às informações do quarto trimestre).

Dessa forma, os auditores são parte significativa do processo de seleção das práticas contábeis utilizadas. Conforme exemplo citado por Chung, Firth e Kim (2003), em alguns casos a companhia a ser auditada solicita conselhos do auditor para o fechamento das demonstrações contábeis, e ainda muitas vezes o auditor pode exigir mudanças nas demonstrações antes que uma opinião “limpa” possa ser dada.

Conforme classificação da SAS nº 58 – Pareceres sobre Demonstrações Contábeis Auditadas [*Reports on Audited Financial Statements* (AU 508)], o parecer com ressalva (*qualified opinion*) afirma que, com exceção dos efeitos da(s) questão(ões) a que a ressalva se refere, as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado das operações e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com PCGA.

Diante de evidências da influência da auditoria sobre o grau de conservadorismo cabe apresentar o questionamento: **O grau de conservadorismo aumenta após uma ressalva no parecer dos auditores independentes?**

2. HIPÓTESE DO TRABALHO

Através desta pesquisa procura-se testar as seguintes hipóteses acerca de como a opinião dos auditores independentes afeta o grau de conservadorismo das demonstrações contábeis:

H₁: Em média firmas são mais conservadoras nas suas demonstrações financeiras no período pós-ressalva do que no período pré-ressalva.

3. METODOLOGIA

3.1 MODELO EMPREGADO

Para testar a hipótese H_1 , foi utilizado o modelo proposto por Basu (1997). Vários estudos utilizam variações deste modelo (WATTS, 2003b) para testar o conservadorismo sob diversas óticas.

Basu (1997) parte do princípio de que, havendo conservadorismo, os resultados contábeis incorporam mais rapidamente as “más notícias” do que as “boas notícias”.

Levando em consideração que os preços das ações refletem, *a priori*, simetricamente as boas e as más notícias, Basu (1997) apresenta evidências empíricas de que o resultado contábil apresenta maior associação com retornos negativos da ação (más notícias) se comparado a retornos positivos (boas notícias).

Abaixo, descrevemos seu modelo:

$$\frac{LPA_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 \frac{R_{it}}{P_{it-1}} + \beta_1 \frac{R_{it}}{P_{it-1}} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

LPA_{it} = lucro líquido contábil por ação da empresa i no ano t ;

P_{it-1} = preço por ação da empresa i no final do ano $t-1$;

R_{it} = retorno econômico por ação da empresa i no ano t ($P_t - P_{t-1}$, ajustado pelo pagamento de dividendos);

DR_{it} = variável *dummy* para indicar se o retorno é negativo; assumindo valor 1 se $R_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

α_1 e β_1 = Refletem o reconhecimento assimétrico do retorno econômico, às boas e más notícias, pelo lucro contábil

β_0 = Reflete a oportunidade do lucro contábil, ou seja, o reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil

ε_{it} = Erro da regressão.

Segundo Costa et al (2008) o parâmetro β_1 é objeto principal de estudo do modelo, pois reflete o conservadorismo (reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias) e mensura a intensidade dessa mesma defasagem.

Conforme proposto por Basu (1997) apud Christie (1987) as variáveis contábeis são deflacionadas do preço de abertura da ação para controlar a heterocedasticidade.

Para o cálculo do retorno econômico por ação, utilizamos a variação no preço de fechamento da ação no dia 30 de abril¹ do ano t menos seu preço de fechamento no ano $t-1$.

Para testar se o grau de conservadorismo é maior no período pós-ressalva, ampliou-se o modelo de Basu (1997), incluindo a *dummy* RES, conforme a equação 2:

$$\frac{LPA_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 \frac{R_{it}}{P_{it-1}} + \beta_1 \frac{R_{it}}{P_{it-1}} DR_{it} + \gamma_0 RES_{it} + \gamma_1 RES_{it} DR_{it} + \gamma_2 RES_{it} \frac{R_{it}}{P_{it-1}} + \gamma_3 RES_{it} \frac{R_{it}}{P_{it-1}} DR_{it} + \varepsilon_{it}$$

¹ Utilizamos tolerância de 90 dias

(2)

Em que:

RES_{it} = variável *dummy* para indicar se o retorno é negativo; assumindo valor 1 se no período pós-ressalva (pelo menos 1 ano após a divulgação do parecer ressalvado)², e 0 nos demais casos;

A equação 2 permite testar diferenças no conservadorismo através dos períodos pré e pós-ressalva (LOBO et.al, 2005). Espera-se valor positivo de β_0 , já que este coeficiente representa o quão rápido as boas notícias são refletidas nos lucros, no período antes da ressalva. Assim sendo, a diferença no conservadorismo entre o período pré e pós-ressalva relacionada com a incorporação de boas notícias no lucro é dada por γ_2 .

A medida de conservadorismo no período após a ressalva é representada na equação 2 por $\beta_1 + \gamma_3$. Considerando que os gestores procuram divulgar demonstrações contábeis mais conservadoras no período pós-ressalva, espera-se que γ_3 seja maior que zero.

3.2 COLETA, TRATAMENTO DOS DADOS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Os dados contábeis e de mercado das empresas para o desenvolvimento do trabalho foram coletados do banco de dados do Economática, para o período de 2000 a 2007.

A base de dados referente à classificação do parecer dos auditores independentes foi obtida para o período de 2000 a 2003, sendo a parte referente ao período 2004-2007 levantada através de análise individual dos pareceres obtidos através do site da Bovespa.

Foram consideradas na amostra apenas as maiores empresas e que possuíam dados para todo o período contemplado no estudo. Dessa forma, chegamos a um total de 648 observações, sendo 217 referentes ao período pós-ressalva e 431 referentes ao período pré-ressalva.

Assim como utilizado por Basu (1997), neste estudo utilizou-se a análise de regressão em *pooled*. Foram removidas 1% das observações com os maiores LPA's observados e 1% com os menores, para evitar distorções por *outliers* nos resultados, chegando a um total de 636 observações (207 referentes ao período pós-ressalva e 429 referentes ao período pré-ressalva).

Abaixo apresentamos a estatística descritiva sobre as principais variáveis do modelo:

Tabela 1: Estatística Descritiva

Estatística	LPA pré-ressalva	LPA pós-ressalva	Retorno da ação pré-ressalva	Retorno da ação pós-ressalva
Média	0.1309	-0.6055	0.3824	0.5635
Mediana	0.1467	0.04779	0.2771	0.1912
Máximo	1.3468	1.47926	3.5078	22.9167
Mínimo	-7.6925	-9.2801	-0.6895	-0.7286
Desvio Padrão	0.6337	1.7799	0.5795	1.9612

Fonte: Elaborado pelo autor.

² Testamos para o ano da ressalva e não encontramos divergências significativas

Observa-se da análise da estatística descritiva que o desvio padrão das observações pós-ressalvas é aproximadamente 3 vezes maior do que o verificado para o período pré-ressalva. O alto desvio padrão do período pós-ressalva quando comparado com o período pré-ressalva, possivelmente está impactando a média dos valores do lucro por ação, que se encontra negativa, enquanto a mediana se mostra positiva.

4. RESULTADOS

Os resultados das regressões são demonstrados abaixo nas Tabelas 2 e 3. A Tabela 2 descreve os resultados obtidos na regressão do modelo proposto na Equação (2), demonstrando as estatísticas-t e o p-value para cada uma das variáveis. Na Tabela 3 é feito um comparativo dos sinais esperados de cada coeficiente com os obtidos através da replicação do Modelo de Basu (1997) (Equação 1) propriamente dito e de sua ampliação, incluindo a variável RES (Equação 2).

Tabela 2: Resultados Estatísticos da Regressão do Modelo Proposto

$LPA_{it}/P_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 (R_{it}/P_{it-1}) + \beta_1 (R_{it}/P_{it-1}) * DR_{it} + \gamma_0 RES_{it} + \gamma_1 RES_{it} * DR_{it} + \gamma_2 RES_{it} * (R_{it}/P_{it-1}) + \gamma_3 RES_{it} * (R_{it}/P_{it-1}) * DR_{it} + \epsilon_{it}$			
Variáveis	Coefficiente	Estatística-t	P-value
DR	-0.1245987	-0.68	0.499
R	0.1073093	0.98	0.326
R*DR	0.4617217	0.79	0.430
RES	-0.3945491*	-2.70	0.007
RES*DR	-0.0528301	-0.17	0.866
RES*R	-0.2039977***	-1.74	0.082
RES*R*DR	2.452904**	2.46	0.014
R² ajustado			0.1275

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Onde *, **, *** Estatisticamente significativa ao nível de 1%, 5%, 10% respectivamente

Os resultados obtidos na replicação dos estudos de Basu (1997), demonstrados na coluna 4 da Tabela 3, se mostraram coerentes com os resultados obtidos na pesquisa original. O coeficiente do termo de interação, β_1 é estatisticamente significativo e positivo, como esperado, indicando que os lucros incorporam as “más notícias” mais rapidamente do que “boas notícias”.

A coluna 5 da Tabela 3 apresenta os resultados do modelo proposto na equação 2. Conforme já destacado, a regressão deste modelo permite analisar como varia o grau de conservadorismo nos períodos pré- e pós-ressalva.

Os resultados indicam que o coeficiente γ_2 é significativo e negativo, o que permite inferir que os lucros são menos sensíveis às boas notícias no período pós-ressalva.

Tabela 3: Análise Comparativa dos Resultados Obtidos

Basu (Equação 1): $LPA_{it}/P_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 (R_{it}/P_{it-1}) + \beta_1 (R_{it}/P_{it-1}) * DR_{it} + \epsilon_{it}$				
Basu Ampliado (Equação 2): $LPA_{it}/P_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 (R_{it}/P_{it-1}) + \beta_1 (R_{it}/P_{it-1}) * DR_{it} + \gamma_0 RES_{it} + \gamma_1 RES_{it} * DR_{it} + \gamma_2 RES_{it} * (R_{it}/P_{it-1}) + \gamma_3 RES_{it} * (R_{it}/P_{it-1}) * DR_{it} + \epsilon_{it}$				
Variáveis	Coefficiente	Sinal esperado	Basu (Equação 1)	Basu ampliado (Equação 2)
DR	α_1		-0.265517***	-0.1245987
R	β_0	(+)	-0.097157**	0.1073093
R*DR	β_1	(+)	1.441932*	0.4617217
RES	γ_0			-0.3945491*
RES*DR	γ_1			-0.0528301
RES*R	γ_2	(-)		-0.2039977***
RES*R*DR	γ_3	(+)		2.452904**
R² ajustado			0.0519	0.1275

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota: Onde *, **, *** Estatisticamente significante ao nível de 1%, 5%, 10% respectivamente

Confirmando o previsto neste estudo, o coeficiente da variável RES*R*DR, γ_3 , que representa a diferença no grau de conservadorismo entre os períodos pré- e pós-ressalva, é estatisticamente significante e positivo. Esse resultado suporta a hipótese H_1 de que o grau de conservadorismo é maior no período após a divulgação de parecer ressalvado.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

No presente trabalho, buscou-se evidências empíricas para avaliar como o grau de conservadorismo dos lucros contábeis das maiores empresas listadas na Bovespa é afetado por uma ressalva no Parecer dos Auditores Independentes. Especificamente, este estudo analisou a incorporação assimétrica das “más notícias” (perdas) e das “boas notícias” (ganhos), durante os períodos pré-ressalva e pós-ressalva.

Confirmando a hipótese assumida neste trabalho, os resultados empíricos levam a concluir que no período que sucede a ressalva no parecer, há aumento no grau de conservadorismo das empresas.

Os resultados obtidos podem ser atribuídos a influência da auditoria sobre as demonstrações contábeis divulgadas ao mercado, e, sobretudo sobre o grau de conservadorismo do lucro divulgado.

Espera-se que este estudo possa fomentar o desenvolvimento de pesquisas empíricas sobre auditoria no Brasil, área de estudo ainda pouco explorada no país, apesar do crescente número de estudos em âmbito internacional.

Para futuras pesquisas, sugere-se estender os testes empíricos, utilizando o modelo de Ball e Shivakumar (2005) ou o modelo de accruals discricionários para confirmar os resultados, já que o modelo de Basu (1997) tem sofrido críticas acerca de sua eficácia na mensuração do conservadorismo. Há espaço ainda para estudos dos efeitos de uma ressalva de

empresa de auditoria Big 4 e não-Big 4 e troca da auditores sobre o grau de conservadorismo das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fábio Moraes. Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da Bovespa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa. In: 6º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo (SP). Anais em CD-ROM, 27 a 28 de jul. 2006.

BALL, R.; SHIVAKUMAR L.: Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, 1997.

BASU, S., HWANG, L., and JAN, C-L, (1999). Auditing conservatism and fourth quarter earnings. Working paper, Baruch College, City University of New York,

BALL, R.; KOTHARI, S. P; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, vol. 29, p. 1-51, 2000.

BECKER, C. L.; DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J.; SUBRAMANIAM, K. R. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, v. 15, 1998.

BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 08 out. 2008.

BOYTON, Willian C.; Johnson, Raymond N.; Kell, Walter G.. **Auditoria**, Editora Atlas, 2002.

COSTA, R. A. et al. O Impacto da regulação diferenciada sobre o conservadorismo nas empresas brasileiras: período 1996-2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado (RS). **Anais...Gramado: CFC, 2008. 1 CD-ROM.**

COELHO, A. C. D. **Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil**. Tese [Doutorado em Ciências Contábeis] Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEFOND, M. L., SUBRAMANYAM, K. R. Auditor Changes and Discretionary Accruals. **Journal of Accounting and Economics**. v. 25. aug., 1998.

FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 1982.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em mai. 2008.

KIM, J. B., CHUNG, R., FIRTH, M. Auditor Conservatism, Asymmetric Monitoring, and Earnings Management. **Contemporary Accounting Research**. v. 20, n. 2. summer, 2003.

LOBO, G. J.; ZHOU, J. Did Conservatism in Financial Reporting Increase after the Sarbanes-Oxley Act? Initial Evidence. **Accounting Horizons**, 20 – 1:57-73, 2006.

LOPES, A. B e MARTINS E., **Teoria da Contabilidade**: Uma Nova Abordagem, São Paulo, Atlas 2005.

WATTS, Ross L. Conservatism in Accounting Part I: Explanations and Implications. **Accounting Horizons**, vol. 17, n. 3, September, 2003a, p. 207-221.

_____. Ross L. Conservatism in Accounting Part II: Evidence and Research Opportunities. **Accounting Horizons**, vol. 17, n. 4, December, 2003b, p. 287-301.